



**Sistematização das propostas  
da II Conferência LGBT para elaboração  
do Plano Municipal de Promoção da  
Cidadania LGBT e Enfrentamento da  
Homofobia de São Paulo**



**Sistematização das propostas  
da II Conferência LGBT para elaboração  
do Plano Municipal de Promoção da  
Cidadania LGBT e Enfrentamento da  
Homofobia de São Paulo**



Este documento tem como objetivo apresentar o resultado do trabalho realizado pelo Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual e a Prefeitura de São Paulo para a sistematização e adequação das propostas aprovadas pela sociedade civil na II Conferência LGBT da Cidade de São Paulo, realizada entre os dias 12 e 14 de agosto de 2011.

O objeto principal deste estudo é a construção de um instrumento que possa orientar a Secretaria de Participação e Parceria e a Coordenadoria de Assuntos de Diversidade Sexual no desenvolvimento, priorização e monitoramento de políticas públicas para a população LGBT desenvolvidas a partir dos anseios e demandas da sociedade LGBT e suas organizações representativas.



# O Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual e a II Conferência Municipal LGBT

*“O desenvolvimento humano só existirá  
se a sociedade civil afirmar cinco pontos fundamentais:  
igualdade, diversidade, participação, solidariedade e liberdade”*

## **Betinho**

No dia 04 de julho de 2005, a Secretaria de Participação e Parceria da Prefeitura de São Paulo publicou o decreto nº 46.037, instituindo o Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual. A criação do Conselho junto a CADS (Coordenadoria de Atenção à Diversidade Sexual) foi uma das grandes conquistas para a população LGBT paulistana, somando na luta contra a homofobia e na promoção dos direitos da população LGBT.

Sendo uma conquista para a capital paulista, qual a importância deste Conselho?

Para entendê-la, é necessário compreender qual seja sua função: este órgão visa acompanhar, dialogar, cobrar e fiscalizar todas as políticas públicas desenvolvidas pela CADS, bem como dos outros órgãos públicos da Prefeitura de São Paulo. Em uma palavra, a função do Conselho é fazer controle social junto às políticas públicas municipais para garantir que estas possam contribuir no combate à homofobia e na promoção dos direitos da população LGBT em nosso município.

Em 2009, a gestão presidida pela conselheira Irina Bacci alterou o regimento interno do Conselho, garantindo que a gestão seguinte fosse eleita pelo voto direto.

Essa alteração resultou do amadurecimento do Conselho em entender que um importante órgão como este deve representar pelo voto direto a vontade da população, garantindo a diversidade de seus representantes.

Desse modo, em abril de 2010 foi eleita uma nova gestão para representar a sociedade civil, assumindo como tarefa principal a organização da II Conferência LGBT de São Paulo.

Um dos principais desafios na organização da II Conferência foi garantir que esta tivesse expressividade na dimensão geográfica de nossa cidade.

Tal desafio operou-se em dois movimentos: o primeiro fazer conhecer o Conselho, os trabalhos da CADS e a importância da II Conferência LGBT aos municípios das cinco regiões da cidade e o segundo, por meio dessa interlocução, a CADS e o Conselho conhecerem as demandas locais das moradoras LGBT dessas regiões.

Para tanto, organizamos Conferências Livres em cada uma delas, sendo duas ocorridas na Zona Leste e duas específicas: uma para a população de Mulheres Lésbicas e Bissexuais e outra para Travestis e Transexuais.

No total, o Conselho realizou sete Conferências Livres, as quais demandaram propostas para a Conferência Municipal e esta pode ser amplamente divulgada em toda cidade.

Cada uma das Conferências Livres demandou propostas distintas, expressando a vontade e a necessidade de se efetivar políticas públicas LGBT a todos os municípios paulistanos. Todas as propostas foram compiladas e balizaram as discussões dos Grupos de Trabalho, garantindo sua consolidação para apreciação e votação na Plenária Final da II Conferência Municipal LGBT de São Paulo, a qual foi realizada nos dias 12, 13 e 14 de agosto de 2011.

Desse modo, o que se segue neste documento, sem dúvida, manifesta a vontade de diferentes cidadãs e cidadãos LGBT de nossa cidade, de modo que ele torna a expressão mais representativa do que se quer e do que se espera da Prefeitura de São Paulo para o Combate à Homofobia e a promoção dos Direitos Humanos para a população LGBT paulistana.

A consolidação dessas propostas, além de expressar diferentes vozes, em sua diversidade de gênero, raça, faixa etária, condição sócio-econômica, também se torna um

importante instrumento para orientar e determinar as ações futuras desse Conselho, da CADS e dos órgãos da Prefeitura em geral. Além de determinar as ações dessas instituições, certamente torna-se um instrumento de cidadania para avaliação e cobranças futuras quanto ao andamento do que há de ser feito a favor de nossa população.

Fica-nos a tarefa como representantes da sociedade civil no Conselho consolidar os canais de diálogo com os diferentes órgãos da Prefeitura para tornar realidade a vontade legítima da população LGBT paulistana expressa neste documento. Fica também a tarefa de toda a sociedade civil acompanhar e fiscalizar para que esse objetivo possa ser concretizado.

Certamente essa parceria entre sociedade civil e as instituições públicas da Prefeitura de São Paulo torna-se a arma mais poderosa para o combate à homofobia e a construção de uma cultura pautada pelo respeito e pela dignidade de toda população paulistana.

***Dário Neto***

*Presidente do Conselho Municipal de Atenção a Diversidade Sexual*

## Realizações

Uma das ações importantes do Conselho desde a gestão passada foi garantir as eleições diretas para representação da Sociedade Civil no Conselho. Antes, a escolha dos representantes era feita pelo Fórum Paulista LGBT. Em 2010, sob a presidência da Conselheira Irina Bacci – representante do segmento de Lésbicas – o Conselho elaborou um novo regimento, assumindo pra si o processo eleitoral, por meio de uma Comissão Eleitoral definida pelo Conselho e presidida pelo presidente em exercício. A atual gestão, presidida pelo Conselheiro Dário Neto – representante do segmento de Gays – manteve tal método para o processo eleitoral que acontecerá no dia 22 de setembro de 2012.

Em Janeiro de 2011, o Conselho, juntamente com a CADS, reuniu-se com o Vice Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo para tratar dos casos de agressão que vinham ocorrendo na Avenida Paulista desde novembro de 2010. Na ocasião, solicitou que a Secretaria aumentasse o policiamento na região, agilizasse os processos de investigação dos casos de agressão, como também a necessidade de possibilitar que constasse no Boletim de Ocorrência a motivação de violência por homofobia.

Em reunião do dia 11 de janeiro de 2011, foi encaminhado o pedido de: Unidade Móvel da DECRADI em locais de vulnerabilidade e encontro da comunidade LGBTTTT; (ii) Cartazes da Lei 10.948/2001 e, da Campanha: “Travesti é respeito!”; Capacitação dos policiais e delegados da Secretaria; (iii) Campanha pela denúncia; (iv) Material Informativo acerca de ações preventivas de ataques homofóbicos que englobarão um material maior; (v) Inclusão de ataques homofóbicos nos índices trimestrais de criminalidade.



Em 2012, em razão da realização da II Conferência Nacional, o Conselho participou da Comissão Organizadora da II Conferência Municipal LGBT de São Paulo, composta por: Franco Reinaldo, Célia Withaker, Dario Neto, Mirian Queiroz, André Pomba, Tais Souza, e, Cristiano Valério. Desde então, a Comissão passou a reunir periodicamente até a Conferência que ocorreu em Agosto.

No mês de março, o Conselho redigiu uma moção de repúdio ao Deputado Jair Bolsonaro, devido às suas manifestações homofóbicas no Parlamento e na Mídia, encaminhado para o Conselho de Ética da Câmara Federal.

O Conselho indicou o nome do Conselheiro Douglas Drumond para acompanhar, junto com a Secretaria Municipal de Saúde, dentro do grupo de especialistas para rabalhar com prevenção primária dentro dos grupos LGBT.

O Conselho tirou um calendário de Pré-Conferências Regionais nas 5 regiões de São Paulo que aconteceram em 12, 13 e 14 de julho e 6 de agosto de 2011, como preparatório da II Conferência Municipal LGBT. Aconteceram duas Pré-Conferências na Zona Leste, uma na Zona Norte, uma na Zonal Sul e uma na Zona Oeste, além de duas temáticas: uma pré-conferência de mulheres lésbicas e bissexuais e uma de travestis e transexuais.

Nos dias 12, 13 e 14 de agosto de 2011, foi realizada a II Conferência Municipal LGBT em São Paulo organizada com a participação fundamental do Conselho. A Conferência teve a participação de mais de 200 pessoas tanto da sociedade civil quanto do poder público para discutir políticas públicas para a população LGBT nas áreas de Educação, Saúde, Cultura, Trabalho, Segurança Pública, Esportes, Turismo, Assistência Social. A plenária final aprovou as propostas a serem encaminhadas ao Conselho para elaboração do Plano Municipal.

## A Coordenadoria de Assuntos de Diversidade Sexual

*O Sistema de Proteção de Direitos Humanos da População LGBT da Cidade de São Paulo e a Rede Paulistana de Promoção da Cidadania LGBT e Combate a Homofobia.*

Estima-se que, no Município de São Paulo, pelo menos de 10% da população seja LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis e transexuais) e, no entanto, até 2005 não existia nenhum equipamento público para atender as demandas desse segmento, que pudesse formular e implementar políticas públicas a esta parcela de cidadãos, que cotidianamente sofre as mais diversas formas de discriminação e violência.

Consciente dessa necessidade fundamental, a Prefeitura do Município de São Paulo criou, através do Decreto nº 45.712/05, a Coordenadoria de Assuntos de Diversidade Sexual - CADS em fevereiro de 2005, no quadro da Secretaria Municipal de Participação e Parceria - SMPP, constituindo órgão da administração municipal organizado em prol de atividades de combate a homofobia, cujas atribuições centram-se na promoção e proteção de direitos humanos, bem como elaboração e execução de políticas públicas para a população LGBT, sendo o primeiro do gênero no nosso país e transformando-se em modelo para outras cidades e estados brasileiros.

Logo em seguida, com o Decreto nº 46.037/05, nasceu o Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual, órgão consultivo vinculado a CADS, que congrega os esforços conjuntos do poder público e da sociedade civil na elaboração e monitoramento das políticas públicas municipais. Após duas gestões, o Conselho realizou em

2009, pela primeira vez, uma eleição direta para que cada segmento (LGBT) escolhesse suas/seus representantes da sociedade civil, ocorrendo, democraticamente, a candidatura e eleição de seus membros.

Com sua atuação cotidiana, ficou clara, à Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual, a necessidade de um espaço de atendimento direto à população LGBT cujos direitos tivessem sido violados. Assim, foi firmado Convênio entre a Secretaria de Participação e Parceria da Prefeitura de São Paulo e a União, através da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, tendo como objeto a estruturação do Centro de Referência em Direitos Humanos e Combate a Homofobia - CCH, cujo principal objetivo é prover com amparo social, psicológico e jurídico essa população.

Após o término do convênio, o CCH teve seu custeio incorporado pela Prefeitura Municipal de São Paulo, por intermédio da CADS, tornando-se referência de gestão para a própria União, que a partir de então passou a formalizar outros convênios com esferas públicas municipais e estaduais.

A atuação do CCH/CADS garantiu o aumento no número de denúncias dos casos de homofobia ocorridos em São Paulo. Assim, em outubro de 2007 a Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria de Participação e Parceria, firmou com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo um Termo de Cooperação Técnica e Institucional para defesa da população LGBT face à Lei Estadual 10.948/01, no acompanhamento dos processos administrativos junto à Comissão Especial Processante da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania.

Pela sua importância junto à comunidade LGBT, em 16 de setembro de 2011, o prefeito formaliza a criação do Centro de Combate à Homofobia, através do decreto 52.652.

Em março de 2008, abre suas portas o Centro de Referência da Diversidade - CRD, o primeiro equipamento no organograma da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS e o terceiro equipamento dedicado a população LGBT, destinado ao acolhimento, orientação e encaminhamento da população LGBT em alta vulnerabilidade. Com o foco em travestis e transexuais, mulheres e homens profissionais do sexo e pessoas vivendo e convivendo com HIV/Aids, o CRD foi pensado, numa parceria entre a SMADS e a CADS, para atender a demanda da população LGBT em situação de rua da região central de São Paulo.

Um edital de seleção pública foi aberto e o espaço passou a ser gerido pela organização não-governamental Pela Vida. Em 2010, o Centro de Referência da Diversidade, pelo seu importante trabalho, é incorporado à estrutura da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

A partir dos dados do Mapa da Homofobia Denunciada da Cidade de São Paulo que aponta uma distribuição dos casos de homofobia por todas as regiões da cidade, se compreende a importância de garantir o acesso aos meios de denúncia para a população LGBT que vive afastada do centro. Assim a CADS buscou uma parceria com a Inclusão Digital para possibilitar que os mais de 300 telecentros espalhados pela cidade sirvam de ferramenta para a realização de denúncias online que serão recebidas pelo Centro de Combate a Homofobia, criando uma rede ampla que alcança as áreas periféricas da cidade e abre a possibilidade de levar o atendimento do CCH para a população LGBT desses bairros que sofre homofobia, através da utilização de ferramentas modernas, como a internet.

Importante ressaltar que para a construção desta rede, a CADS desde o início de suas atividades vem realizando capacitações constantes, sensibilizando espaços e equipamentos públicos, referenciando-os para o atendimento da população LGBT. Exemplo desse trabalho são os albergues, os CRECAS, as UBS e outros tantos equipamentos do município. A importância desse trabalho se fundamenta na falta de conhecimento e conseqüente incapacidade dos profissionais em atender a população LGBT que acessa os serviços públicos. O desenvolvimento de parcerias com esses equipamentos minimiza o constrangimento do usuário, bem como leva ao funcionário público o conhecimento necessário para que ele também possa exercer suas funções com segurança e qualidade.

### **Programas Sociais: inclusão e cidadania da população LGBT**

Uma das principais conquistas da comunidade LGBT paulistana, neste tópico, foi o reconhecimento por parte da Prefeitura de São Paulo da necessidade em se criar uma rubrica orçamentária específica para atender o recorte LGBT nos programas sociais, assim a partir de 2010 passa a existir uma dotação específica, descrita sob o nº 33904800 – Operação Trabalho – Outros Aux. Financ. – P.F., vinculada a CADS para gerar recursos restritos a promoção de programas que objetivem a inclusão social da diversidade sexual.

Dessa forma, o POT - Programa Operação Trabalho LGBT, passa a ser gerenciado por esse orçamento. Existente desde 2008, essa parceria entre a CADS e a Secretaria Municipal do Trabalho tornou-se referência em inclusão de pessoas LGBT em situação de vulnerabilidade social. Com o objetivo de promover a elevação de escolaridade, capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho, o POT iniciou com 06 bolsistas e atualmente conta com 30 participantes.

Ao longo desses anos, passaram, pelo POT, uma grande diversidade de pessoas que estavam em alta vulnerabilidade social e econômica. Em sua maioria as/os beneficiárias/os conseguiram resgatar sua cidadania e hoje possuem, em muitos casos, estabilidade econômica através de emprego formal ou informal e do empreendedorismo, o que nos leva a avaliar positivamente essa política pública e sua importância para a parcela da população LGBT vulnerável.

Buscando outras formas de geração de renda, a CADS incluiu o recorte da diversidade sexual no edital do Programa Ofício Social. Criado em 2006, o programa recebe pessoas interessadas em realizar oficinas, nas mais diferentes linguagens, como corte-costura, cabeleireiro, literatura, teatro, direitos humanos, música, etc.

Em 2008, a Secretaria realizou 624 oficinas, todas desenvolvidas em 225 Organizações Sociais, atendendo 31.200 pessoas de diversas faixas etárias. No ano seguinte, o número de beneficiados foi de 33.500. Em 2010 foram realizadas 886 oficinas, atendendo 42.536 pessoas. Desde o início, o programa já atendeu 119.236 paulistanos, num total de 2.028 oficinas realizadas. No ano de 2011, foi realizado novo edital de chamamento de oficineiros e ONGs, no qual foram considerados aptos 778 oficineiros e 155 organizações não governamentais. Parte dos beneficiários(as) são lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros que utilizam o ofício social para complementar sua renda ou, em muitos casos, se transforma em sua única fonte de rendimentos.

Outro grau de dificuldade percebido pela CADS, principalmente em relação à identidade de gênero (travestis e transexuais), foi em relação ao direito à habitação. Muitas das queixas recebidas no CCH referiam-se às negativas de proprietários de imóveis em alugar para travestis e/ou transexuais, ou na sobretaxa do valor do aluguel quando a/o inquilina/o tinha uma outra identidade diferente do seu sexo biológico.

Assim, em 2009, a CADS estabeleceu uma parceria com a SEHAB - Secretaria de Habitação, para a inclusão da população LGBT em vulnerabilidade no Programa Aluguel Social. Esse programa concede o auxílio ao pagamento de aluguel, por até 30 meses, e permite que o beneficiado escolha o imóvel onde quer morar, dentro de um valor teto pré-estabelecido e cuja contrapartida é uma poupança mensal de 10% do valor do aluguel, para ser utilizado ao término do contrato, garantindo, assim, que essa pessoa não retorne à situação de rua.

Na área da Assistência Social, a CADS possui, desde 2007, uma parceria com a SMA-DS, para o envio da população LGBT ao Programa Hotel Social. Diferentemente dos albergues, nesse programa, a Coordenadoria acolhe pessoas LGBT que não estão em

situação de rua, mas não possuem sustentabilidade suficiente para arcar com um aluguel. O Hotel Social torna-se uma ponte entre o albergue e o aluguel formal, enquanto a pessoa se estrutura economicamente.

## **Cultura LGBT - o foco na quebra de estigmas e preconceitos**

A cultura traduz-se como importante ferramenta no combate a qualquer forma de discriminação, principalmente naquela relacionada à orientação sexual e identidade de gênero do indivíduo. Promover atividades culturais com o recorte da diversidade sexual é garantir a quebra de estigmas e preconceitos contra a população LGBT.

Com esse entendimento, a CADS realizou uma série de projetos e ações de fomento e apoio à cultura do segmento.

Desde 2006, durante o aniversário da Cidade de São Paulo, a CADS participou das atividades culturais comemorativas, estimulando a inclusão de artistas LGBT na grade dos eventos. Já foram realizadas cinco Viradas Culturais LGBT nesse período. Outra importante atividade é o projeto “Diversidade nas Praças” cujo principal objetivo era levar a cultura LGBT para as regiões periféricas da cidade, estimulando a convivência entre LGBTs e os moradores locais. O projeto cobriu todas as principais regiões: norte, sul, leste e a zona oeste da cidade. Hoje para possibilitar que mais subprefeituras recebam atividades culturais, a CADS passou a promover a ação em parceria com as Casas de Cultura Municipais.

Ao longo de sua existência, a CADS também apoiou atividades e festivais culturais, como o Festival Mix Brasil de Cinema e Vídeo, a Banda do Fuxico - única banda carnavalesca LGBT, além de ser um grande apoiador da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, fornecendo a infra-estrutura para a realização da atividade.

Essas ações garantiram visibilidades para as questões LGBT, contribuindo para o debate sobre diversidade sexual e o combate à homofobia. Transformaram-se também em espaços de convivência, lazer e cultura desse segmento.

O fomento à cultura também se deu por meio de editais de seleção pública para apoio a documentários, Visibilidade Trans, peças teatrais, etc.

Outra preocupação foi a preservação de espaços de convivência, memória e da história da comunidade LGBT paulistana, assim em 2009 em conjunto com a subprefeitura da Sé, Ação Local da Ipiranga e Viva o Centro, a CADS e o Conselho Municipal

de Atenção a Diversidade Sexual entregaram para a cidade a Praça Darcy Penteado, que homenageia um dos grandes artistas e ativistas do movimento LGBT, totalmente revitalizada.

Porém, a grande ação relacionada a cultura, será a implementação do Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade - Museu da Diversidade Sexual. Parceria entre a Prefeitura e o Estado, o espaço tem como função principal a preservação e disponibilização do acervo cultural e histórico da comunidade LGBT Brasileira. O Museu está localizado na estação República do Metrô, local de grande visibilidade e emblemático, pois foi na Praça da República, que o adestrador de cães, Edson Neris foi brutalmente assassinado a socos e pontapés por um grupo de skinheads.

Em 2010, os concursos “Fotografando a Diversidade de São Paulo” que estimulou fotógrafos profissionais e amadores para que retratassem a cidade pela lente da diversidade e “Homofobia fora de Moda” que teve como função estimular o engajamento do segmento da moda no combate da homofobia, produzindo uma exposição a partir de um concurso de estampas para camisetas. Em suas duas edições mais de 300 designers, artistas e interessados(as) enviaram seus trabalhos. A exposição “Homofobia fora de Moda” realizada em parceria com a Secretaria do Estado da Cultura e a Casa de Criadores, já foi levada para inúmeros espaços da cidade, principalmente fora da área central, bem como outras cidades do estado.

A CADS também tem garantido apoio institucional através da divulgação de atividades culturais com temática LGBT.

Na cultura, a Coordenadoria, também tem trabalhado para garantir o acesso da população em vulnerabilidade aos espaços e manifestações culturais que acontecem na cidade. Visitas a museus e exposições, aqui podemos citar a parceria com o Espaço Cultural Banco do Brasil que recebeu um grupo de travestis e transexuais do POT para uma visita guiada. O projeto de formação de platéia em parceria com o Centro Cultural São Paulo, onde grupos de regiões distantes do centro, além de assistirem os espetáculos, visitam os bastidores do teatro com um técnico do Centro.

## **Direitos Humanos, Segurança e Justiça para a população LGBT**

Uma das grandes conquistas na área da legislação foi, sem dúvida, a promulgação do DECRETO Nº 51.180, DE 14 DE JANEIRO DE 2010 pelo prefeito Gilberto Kassab, que dispõe sobre a inclusão e uso do nome social de pessoas travestis e transexuais nos registros municipais relativos a serviços públicos que em seu artigo 3º deixa clara a

importância do poder público no combate a transfobia, quando afirma que: “É dever da Administração Pública Municipal Direta e Indireta respeitar o nome social do travesti ou transexual, sempre que houver, usando-o para se referir a essas pessoas, evitando, no trato social, a utilização do respectivo nome civil”.

Outra ação de ‘*advocacy*’ patrocinada pela CADS resultou na lei 14.363, de 15 de março de 2010, sancionada pelo Governador Geraldo Alckmin, que inclui a orientação sexual e a identidade de gênero na redação das placas que vedam qualquer forma de discriminação no acesso aos elevadores de todos os edifícios do Estado.

Antes, em 2007 a Prefeitura, já demonstrava sua disposição em corrigir injustiças. Através da Portaria 079/07 da Secretaria Municipal de Gestão garantiu a licença nojo (licença em razão de luto) a todos os funcionários públicos municipais homossexuais que mantêm relações estáveis.

Em 2009 foi criado com o apoio da CADS o “Grupo de Funcionários LGBT da Prefeitura de São Paulo”, com a intenção de construir um ambiente de trabalho sem homofobia dentro da Prefeitura e fortalecer os funcionários públicos LGBTs. Desde então o grupo promove palestras sobre diversidade sexual e participa da parada, entre outras atividades.

Mesmo sendo a segurança pública de competência do estado, a CADS, neste período, desenvolveu uma série de ações para combater a violência e a intolerância contra a população LGBT.

A se destacar está o pioneiro estudo sobre a violência homofóbica de nosso município, o “Mapa da Homofobia Denunciada da Cidade de São Paulo”. Baseado nos atendimentos realizados pelo Centro de Combate à Homofobia - CCH, o mapa faz uma radiografia da intolerância e violência sofrida por travestis, transexuais, lésbicas, gays e bissexuais em razão de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero na maior cidade da América do Sul. Este importante estudo ilumina questões de extrema importância como a exata localização geográfica dos atos para que se possa intervir nas regiões e locais mais sensíveis, identificando os chamados hotspots da violência homofóbica, sua tipificação para que a escolha da forma de atuação do poder público seja adequada e eficaz, o perfil do agredido e do agressor para que os resultados das ações de prevenção sejam contundentes e principalmente para que o círculo da violência e intolerância para com a população LGBT seja interrompida de uma vez por todas e que a cidade de São Paulo possa se transformar verdadeiramente em um espaço múltiplo, inclusivo e diverso.



O estudo também revela dados e informações sobre a população LGBT da cidade e mostra com clareza os reflexos da discriminação no comportamento social, escolha de locais de moradia e o deslocamento dessa população tanto da periferia para o centro, como também a chegada de emigrantes LGBT de cidades do interior e de outros estados, entendendo nossa capital como um espaço de maior segurança e tolerância para com a diversidade sexual se comparado com outras cidades do país.

Este estudo possui duas marcas fundamentais, a primeira é a possibilidade de utilizar dados reais na escolha e implementação de políticas públicas para o segmento e a segunda é a constituição de uma ferramenta para o monitoramento social da eficácia das ações e atividades focadas na população LGBT realizadas pela Coordenadoria e Prefeitura.

O mapa já teve um papel de fundamental importância quando seus dados foram fornecidos para a inteligência da polícia militar e GCM com a intenção de traçar uma estratégia de segurança para a população LGBT que sofria ataques nas cercanias da Avenida Paulista no final de 2010.

A Guarda Civil Metropolitana também traz um bom exemplo em relação as questões LGBTs, mais de 5 mil guardas participaram de sensibilizados e a diversidade sexual não só faz parte da grade curricular como também foram inseridas questões sobre o tema fazem parte das provas de admissão na corporação.

O Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia tem desempenhado um papel de extrema importância para o acolhimento da nossa população que sofre discriminação e seu acesso aos serviços públicos garantindo a ela seus direitos e compensando em parte o sofrimento de sua exclusão causado pela homofobia. O CCH faz em média 80 atendimentos mensalmente nas áreas relativas a sua equipe multidisciplinar, a saber a assistência social, a psicologia e o direito.

Um dos projetos mais emblemáticos do CCH foi “O Projeto Rua Paim”, que se encerrou com o falecimento da ativista Cláudia Coca. O projeto tinha como objetivo levar os serviços do CCH, bem como informações sobre direitos humanos, serviços públicos e prevenção, além de insumos para as travestis moradoras da região. Cláudia cedia sua casa que servia como ponto de encontro para a população. Neste modelo o CCH fez algumas incursões em outras regiões da cidade, projeto conhecido como o CCH Itinerante.

A grande necessidade de combater a homofobia na sociedade, fez com que a CADS, com o apoio da Secretaria de Participação e Parceria, viabilizasse campanhas de conscientização, assim nasceram, a Campanha “Sampa na Luta contra Homofobia”

em resposta aos ataques da Avenida Paulista e as campanhas de conscientização da população de São Paulo em 2011 e 2012 “Jogue a Homofobia e o Lixo no Lixo” e “Recicle seus Conceitos” durante a XV e XVI Paradas do Orgulho LGBT de São Paulo. As duas tiveram grande repercussão na mídia e foram reproduzidas em outras cidades.

A Coordenadoria também tem assinado diversos “Termos de Parceria Técnica” com outros municípios, organismos e entidades com a intenção de trocar informações, experiências e formar uma rede para ampliar a implementação de políticas públicas para a população LGBT.

Outro problema enfrentado pela Coordenadoria foi a preservação dos espaços públicos e pontos de encontro freqüentados pela comunidade que muitas vezes sofrem pressão dos moradores do entorno, em especial o Autorama e o Largo do Arouche, neste segundo entendendo a importância histórica e social do local e a fragilidade da população jovem que se encontra ali durante os finais de semanas, a CADS formou um Grupo de Trabalho com diversas Secretarias para realizar uma série de ações, a mais conhecida, foi o “Esquadrão das Drags” grupo de transformistas formado para levar informação aos jovens que ali convivem, realizando um trabalho de prevenção, conscientização de direitos e preservação do espaço público. A Praça, além de ter sido recuperada, também recebeu nova iluminação, lixeiras e containeres para reciclagem.

## **Desenvolvimento econômico e trabalho**

Um dos principais espaços de exclusão da população LGBT está relacionada ao mercado de trabalho que oferece poucas oportunidades para o segmento. Assim a Coordenadoria estabelece desde sua criação uma série de parceria com o setor público e privado para mitigar essa questão.

O primeiro passo foi a parceria com a Secretaria do Trabalho que não só abriu a possibilidade para nossa participação no Programa Operação Trabalho - POT, como também forneceu vagas em cursos profissionalizantes e participou das Praças da Diversidade com uma unidade móvel do CAT - Centro de Apoio ao Trabalho, cadastrando a população LGBT para obtenção de vagas de emprego.

Além do trabalho de sensibilização e parcerias com empresas privadas para a contratação de travestis e transexuais, a Coordenadoria desenvolveu com o apoio da Feira Como Assim..., localizada na Praça Benedito Calixto e do CRD o projeto de cooperativa e empreendedorismo que visava auxiliar no alcance da autonomia econômica de um grupo de TTs. Assim foram fornecidas as ferramentas, como espaço na Feira,

oficinas e acompanhamento técnico para a produção de objetos para comercialização. O projeto obteve sucesso e durou até a reforma do espaço, quando a área social foi desativada.

O CCH também mantém um cadastro de profissionais que buscam emprego e empresas que desejam contratar LGBTs, bem como informações sobre bolsas de estudos para cursos profissionalizantes, como por exemplo, o sistema S (Sesc, Sesi, Senai e Senac), agindo, dessa forma, na melhoria da capacitação profissional da população, auxiliando na busca de trabalho formal e motivando o espírito empreendedor da população LGBT.

### **Educação e produção de conhecimento**

A educação é sem dúvida peça chave no combate a qualquer forma de discriminação e na conscientização das futuras gerações sobre a importância e o respeito aos direitos humanos. Assim, respeitando suas competências municipais, a CADS vem desenvolvendo uma série de atividades para auxiliar a eliminação do *'bullying'* e a homofobia do ambiente escolar.

O projeto "Diversidade vai ao CEU", em fase de desenvolvimento, parte da experiência bem sucedida de uma atividade realizada em um final de semana no CEU Vila Rubi, para falar sobre diversidade sexual. A particularidade foi a oportunidade de não só falar com professores e alunos, como também incluir a comunidade local que frequenta esses espaços nos finais de semana. Dessa forma, foi possível, ao mesmo tempo sensibilizar o corpo docente e discente como também as famílias dos(as) alunos(as), que, consoante estudo realizado com os dados das denúncias do CCH, aponta o espaço doméstico como lugar no qual ocorre grande parte dos casos de violência contra LGBT.

Por conta disso, a CADS promove, em parceria com a Secretaria de Educação, palestras e rodas de conversa com professores da rede pública para que possam estar preparados na mediação de conflitos relacionados a diversidade sexual.

A Secretaria de Educação também acolheu a proposta da Coordenadoria e adquiriu para as bibliotecas escolares livros que versam sobre diversidade sexual.

A CADS também possui parceria com instituições de ensino, como o Mackenzie e CIEE, entre outras, para garantir, de forma gratuita, que a população LGBT possa voltar a estudar.

## **Turismo esporte e lazer**

A CADS, desde seu início, compreendeu a importância de ações voltadas para o esporte e o lazer como forma de fortalecer a auto-estima da população garantindo espaços de convivência e atividades esportivas. Assim, apoiou e desenvolveu uma série de atividades como: o Passeio Ciclístico da Diversidade, a Caminhada contra a Homofobia, a Copa Dellas (Futebol de Salão Feminino), os Jogos da Diversidade, entre outras.

A CADS também incentivou ações ligadas a promoção do turismo, atraindo visitantes LGBT para São Paulo como ferramenta para combater a homofobia, a geração de empregos e o fortalecimento dos espaços frequentados pela comunidade. Assim, a CADS vem desenvolvendo algumas atividades em parceria com associações e órgãos públicos do segmento para fortalecer o turismo GLS em nossa cidade, senão vejamos:

O “Programa Bem Receber: São Paulo” torna nosso município a única cidade que mantém capacitação periódica e gratuita para os profissionais de turismo, lazer e entretenimento para o atendimento do turista GLS. Trata-se de uma parceria com São Paulo Convention & Visitors Bureau – SPCVB, Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Estado de São Paulo - ABIH; Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil - FOHB e Associação Brasileira de Turismo GLS – ABRAT GLS. Foram milhares de profissionais capacitados nos últimos anos.

Estas mesmas entidades são parceiras na criação da primeira Central de Informações Turísticas - CIT/GLS do Brasil e que pelo resultado alcançado na parada de 2011, treinou e estendeu o atendimento ao segmento para todas as CITs que a Prefeitura mantém na cidade, além de identifica-las com um adesivo da bandeira arco-íris para dar boas vindas ao turista LGBT.

## **Políticas Públicas de Saúde**

A política de combate à homofobia perpassa por direitos básicos como a saúde, na perspectiva do acesso, diagnóstico e tratamento. Ao longo dos anos pautou-se questões centrais na relação entre o poder público e os movimentos sociais, o que contribuiu para o avanço do tema. A acessibilidade continuou, no caso de travestis e transgêneros sendo um tema de ampla discussão no cenário nacional, de forma que a intersectorialidade inaugurasse uma nova fase do debate e da implantação das políticas públicas de saúde, nas três esferas de governo.

Com isto, o uso do nome social nos formulários de toda a administração direta e indireta tornou-se obrigatório, conforme o Decreto No. 51.180, de 14 de Janeiro de 2010 (cuja base de discussão está associada ao acolhimento destes sujeitos na Rede Especializada de DST/AIDS desde os anos noventa), o que é resultado importante da luta contra a discriminação e, bem sabemos, deve estar associado a mudança de práticas e comportamentos para a garantia do direito a saúde plena.

Estas questões vão para além das patologias específicas e o enfrentamento individual a cada uma delas e, nos provocaram insistentemente a buscar metodologias e conceitos que interligassem o direito a educação, do sujeito discriminado para que este pudesse se organizar por meio de mecanismos variados na busca pela garantia de seus direitos universais, exercitando a sua cidadania, ao processo de educação permanente dos profissionais de saúde, para que estes estudassem em consonância real com os princípios do SUS e o marco legal de forma a “enfrentar” o preconceito e a discriminação.

O combate à homofobia, portanto, aqui é apresentando como algo mais amplo e complexo, que envolve todo o trajeto que o sujeito percorre, nas diferentes instâncias da vida; para, nas dependências do serviço público de saúde ser reconhecido como sujeito de fato.

Destacou-se neste cenário a política de DST/AIDS, sendo que a relação entre Estado e Sociedade Civil, a ampliação do acesso ao diagnóstico, à qualidade da atenção e a assistência eficaz e o desenvolvimento científico tornaram-se questões de primeira ordem, agora dividindo espaço significativo na busca por novos paradigmas e outras tecnologias de prevenção. No entanto, o sistema tem muito mais a oferecer e as necessidades da população, extrapolam o universo do sistema de saúde.

No conjunto das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Programa Municipal de DST/AIDS estão:

Os projetos “Cidadania Arco-íris” (destinado a intervenções junto a gays e homens que fazem sexo com homens) e, “Tudo de Bom” (direcionado a Travestis e transexuais) que são grandes catalisadores das informações, ‘*expertises*’ e resultados de ações direcionadas a esta população. Tem sido no âmbito destas intervenções, que técnicos e profissionais da Rede Municipal Especializada – RME tem encontrado os pontos centrais de discussão. Um deles é o acesso e o acolhimento deste público aos serviços especializados; tais vivências têm demonstrado o como a vida se dá, na prática, logo, a realidade do campo de atuação, tem que ser indicador importante para se trazer à mesa, as questões mais importantes deste grupo populacional;

A presença do Programa de DST/AIDS entre os componentes do Conselho Municipal de Atenção a Diversidade Sexual indica-nos um importante canal de comunicação com a gestão, ampliando a parceria com as organizações da sociedade civil interessadas no tema;

Também são visíveis as contribuições para ampliação do debate em torno do acesso a insumos para além das campanhas estratégicas e a qualificação das intervenções necessárias e adequadas para este grupo, considerando a diversidade encontrada no campo de atuação dos técnicos e agentes de prevenção, agora acolhendo com atenção as demandas relacionadas a população LGBT vivendo em situação de rua;

O combate ao diagnóstico tardio e, mais recentemente, a criação de um grupo de trabalho destinado a elencar as propostas necessárias e prioritárias para atenção a este grupo populacional, no que se refere à prevenção, conforme as suas especificidades. Todas estas questões devem a todo o momento, levar em consideração o combate à discriminação e ao estigma, temas estes que perpassam, mas não começam e não se findam no Sistema Único de Saúde, razão pela qual o Programa Municipal de DST/AIDS e a Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual vem apostando na integração inter-institucional, como estratégia central das ações desenvolvidas em âmbito governamental.

Ainda assim, é preciso avançar mais, uma vez que atenção, promoção e humanização da saúde não podem ser única e exclusivamente associadas ao HIV/DST/AIDS.

É urgente a ampliação desse debate em torno da integralidade do sujeito, da universalidade da saúde e da equidade nas ações, o que envolve prioritariamente as necessidades amplas a cerca da atenção primária a saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros e outros homens que fazem sexo com homens, apostando em: rede de retaguarda, referências regionais, educação permanente, interfaces, intra e intersetorialidade, intersecções, competências, integração institucional e ampliação das ações em saúde.

***Franco Reinaudo***

*Coordenador Geral*

*Coordenadoria de Assuntos de Diversidade Sexual*

*Apontamentos sobre a saúde pública para a população LGBT*

***Celso Ricardo Monteiro***

*Programa Municipal DST/AIDS*

# **As propostas para a Construção do Plano Municipal de Promoção da Cidadania LGBT e Enfrentamento da Homofobia.**

## **Metodologia**

A partir das propostas discutidas e votadas na II Conferência LGBT de São Paulo, o Conselho deliberou metodologia de análise e discussão para a elaboração de um Plano Municipal.

Desse modo, foi decidido que o presidente do Conselho se reuniria com cada representante do poder público no Conselho para discutirem a exequibilidade e atribuição das propostas votadas e os meios que poderiam garantir sua realização.

Após essa análise, as propostas foram organizadas por eixos e encaminhadas para cada Secretaria responsável.

Concomitantemente, as propostas foram encaminhadas pelo Secretário de Participação e Parceria para a Secretaria de Governo, a fim de que avaliasse e desse os encaminhamentos legais para a criação do Decreto do Plano Municipal.

O Conselho, então, montou uma comissão, com a participação da Secretaria de Governo, Coordenadoria de Assuntos de Diversidade Sexual a fim de analisar as propostas, justificá-las e organizá-las pelo tempo de execução: curto, médio ou longo prazo.

## As Propostas

### EIXO 01

#### *Programa de combate a homofobia*

- 1 – Monitoramento e acompanhamento da internação compulsória aos dependentes químicos em situação de rua, com a participação de entidades do movimento LGBT.

*Justificativa:* A população LGBT, principalmente aquela em situação de rua, sofre uma sobrecarga de preconceito em razão de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Assim, se faz necessário um acompanhamento, visando garantir a inclusão e reinserção social das pessoas LGBT dependentes químicos e em situação de rua.

*Prioridade:* Curto Prazo

- 2 – Propor a criação de Decreto Municipal sobre o direito de travestis e transexuais femininas e masculinas de utilizar banheiros de órgãos da administração pública municipal direta e indireta conforme sua identidade de gênero, independente do registro civil da pessoa.

*Justificativa:* Por não haver uma normativa específica, a utilização dos banheiros garantindo o respeito à identidade de gênero das pessoas se estabelece a partir de critérios subjetivos dos responsáveis desses locais. Desse modo, o decreto será ferramenta importante para evitar constrangimentos e situações vexatórias para travestis e transexuais bem como outros transgêneros.

*Prioridade:* Médio Prazo

- 3 – Parceria com o Observatório de Proteção Integral à infância e adolescência, criado pela Lei Municipal 15.114/2010 e regulamentado pelo Decreto no. 51.885/2010 para a inclusão e o acompanhamento da população LGBT, considerando a sua situação particular de vulnerabilidade social.

*Justificativa:* São diversos os casos em que crianças e adolescentes são vítimas da intolerância por conta de sua orientação sexual, identidade e expressão de gênero. Nesse sentido, e para garantir que o Observatório possa acompanhar esses casos de violações, torna-se importante a parceria entre o Observatório, a CADS, O Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual e o Centro de Referência e Combate à Homofobia.

*Prioridade:* Médio Prazo



4

– Promover, apoiar e fomentar currículos, métodos e recursos pedagógicos, entre outras medidas, voltadas para criar um ambiente escolar de convivência na diversidade.

*Justificativa:* Compreendendo que o espaço escolar deve estar voltado ao respeito e a convivência da diversidade e que diversos pesquisadores e pedagogos já tem desenvolvido ações para combater qualquer forma de discriminação nesse ambiente, é preciso desenvolver políticas educacionais para efetivar esse trabalho nas escolas municipais.

*Prioridade:* Médio Prazo

5

– Elaborar diretrizes que orientem a rede municipal de educação na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de ações que promovam o respeito, a convivência e o reconhecimento da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero que colaborem para a prevenção e a eliminação da violência sexista e homofóbica.

*Justificativa:* As ações voltadas à promoção do respeito à diversidade sexual desenvolvidas no espaço escolar devem ser constantemente monitoradas e avaliadas. Para tanto elaborar diretrizes que permitam o monitoramento e a avaliação possibilita uma ação conjunta para toda a rede educacional da Prefeitura.

*Prioridade:* Médio Prazo

6

– Estimular que os CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social) recebam e encaminhem, aos órgãos competentes, os casos de violação de direitos específicos (por discriminação por orientação sexual e por identidade e expressão de gênero).

*Justificativa:* São diversos os casos de pessoas atendidas pelos CREAS que foram vítimas de violação de direitos por conta da discriminação por orientação sexual e por identidade e expressão de gênero. Atualmente, a prefeitura já conta com órgãos como o Centro de Combate a Homofobia que podem acompanhar esses casos específicos, tanto para dar os encaminhamentos legais devidos a cada caso, bem como obter informações de casos em que aconteceram tais violações de direito.

*Prioridade:* Curto Prazo

7

– Articulação da CADS (Coordenadoria de Assuntos de Diversidade Sexual) com Secretaria Municipal de Habitação e os Movimentos Populares de Habitação para discussão das demandas do público LGBT.

*Justificativa:* A articulação entre a CADS, a Secretaria Municipal de Habitação, juntamente com os Movimentos Populares de Habitação sobre as demandas específicas da população LGBT permitirá uma maior sensibilização tanto da Secretaria quanto da sociedade civil para que a população LGBT possa ser beneficiada com as políticas públicas habitacionais da Prefeitura.

*Prioridade:* Médio Prazo

8

– Que a GCM encaminhe os registros de atendimento de crimes de intolerância para o Centro de Referência e Combate a Homofobia, a fim de subsidiar o mapeamento dos principais pontos onde tais crimes ocorrem.

*Justificativa:* Embora haja uma atuação significativa da CADS e do Centro de Referência e Combate a Homofobia – CCH, ainda são muitos casos de violação de direitos ainda não mapeados e identificados como tais. O encaminhamento dos registros de atendimento em casos de homofobia feitos pela GCM ao CCH permitirá uma compreensão maior e mais detalhadas dos casos de intolerância homofóbica que não chegam à CCH, nem a CADS.

*Prioridade:* Longo Prazo

9

– Articular a criação de grupo intersecretarial de fomento a políticas públicas de trabalho e geração de renda para o segmento LGBT.

*Justificativa:* A importância de um grupo intersecretarial deve-se a necessidade de compartilhar as diversas ações políticas já desenvolvidas para a população em geral de modo que essa articulação possibilite compreender as demandas específicas da população LGBT e, a partir dessa compreensão, construir entre as secretarias propostas que atendam tais demandas por meio de uma política de equidade.

*Prioridade:* Médio Prazo

10

– Criação de um programa de mediação de conflitos, com especial atenção as escolas da rede pública municipal, que envolva educadores, alunos, pais e comunidade, como estratégia de combate à violência escolar, inclusive o ‘bullying’.

*Justificativa:* Sabendo que o ‘bullying’ tem sido um dos principais motivos para as situações de conflitos e violação de direitos no ambiente escolar e que a busca de erradicar essa prática deve contar com diferentes atores sociais (educadores, estudantes, pais e comunidades), a criação de um programa que

articule esses atores para mediar conflitos torna-se de fundamental importância, uma vez que muitos preconceitos e práticas de intolerância resultam dessa ausência e da falta de informação. Para tanto, o programa deve compreender uma articulação com toda a comunidade incorporando o combate à homofobia.

*Prioridade:* Longo Prazo

- 11** – Inserir na bibliografia de concursos públicos da Secretaria Municipal de Educação a temática de orientação sexual e identidade de gênero. Estender a proposta para outras secretarias

*Justificativa:* Considerando que os profissionais da rede pública, principalmente da educação, devem estar preparados para atender toda a população, independentemente de suas especificidades, o processo de seleção, por meio de concurso público, deve se preocupar com o conhecimento de questões relacionadas à diversidade sexual.

*Prioridade:* Médio Prazo

- 12** – Articular uma parceria com o Selo da Diversidade Estadual para reconhecer as empresas que respeitem e promovam a diversidade no ambiente de trabalho.

*Justificativa:* O Selo da Diversidade é importante ferramenta para a promoção da diversidade sexual no ambiente de trabalho, assim esta parceria contribuirá para que os setores privados possam incorporar ações afirmativas em seus espaços e difundir uma cultura de respeito à população LGBT.

*Prioridade:* Curto Prazo

- 13** – Implementação dos quesitos “orientação sexual e identidade de gênero”, por auto-definição, nos prontuários e ficha de atendimento nos serviços municipais de saúde.

*Justificativa:* A inserção dos quesitos que permitem a auto-identificação da população LGBT nos prontuários e ficha de atendimento nos serviços municipais de saúde permitirá um melhor acompanhamento e futuro mapeamento das demandas específicas da população LGBT no que se refere às políticas de saúde integral para este segmento.

*Prioridade:* Longo Prazo

- 14** – Garantir o acesso de LGBT e seus familiares à Saúde mental, com atendimento psicológico e psiquiátrico qualificado, capacitando os profissionais para uma abordagem que não patologize as orientações sexuais e as identidades de gênero.

*Justificativa:* Considerando que uma política de saúde integral para a população LGBT deve compreender também atendimento psicológico e psiquiátrico de profissionais capacitados em tratar dessas demandas específicas, o acesso a esse serviço tanto pela população LGBT quanto pelos seus familiares torna-se de fundamental importância como forma de garantir a equidade de direitos.

*Prioridade:* Médio Prazo

- 15** – Ampliar política de combate à discriminação homofóbica no serviço público municipal, promovendo um ambiente de respeito à diversidade sexual.

*Justificativa:* Além das ações específicas já desenvolvidas em Secretarias da Prefeitura, torna-se importante sua ampliação a todo serviço público municipal para garantir a articulação e a efetividade no combate a homofobia.

*Prioridade:* Curto Prazo

- 16** – Intensificação da segurança nos locais de convivência LGBT com vulnerabilidade e riscos.

*Justificativa:* Devido as diversas ações de violência e intolerância praticadas por grupos específicos, é importante a presença da GCM em locais de maior vulnerabilidade para garantir a segurança da população.

*Prioridade:* Curto Prazo

- 17** – Garantir que os critérios de concessão dos benefícios habitacionais respeitem as especificidades da comunidade LGBT.

*Justificativa:* Devido às atualizações do conceito de família que incorporam casais homoafetivos, bem como legislações que reconhecem a identidade de gênero de travestis e transexuais, os critérios de concessão dos benefícios habitacionais precisam incorporar essas demandas para garantir a equidade de direitos para a população LGBT.

*Prioridade:* Curto Prazo

## EIXO 02

### *A produção de conhecimento*

- 18** – Criação de um Observatório da Homofobia para a padronização e sistematização dos dados de LGBT atendidas por todos os equipamentos e serviços municipais, utilizando-os para realizar pesquisas que orientem as políticas públicas para LGBT no município, bem como mapear e monitorar a violência homofóbica.

*Justificativa:* Uma das maiores dificuldades para pautar políticas públicas para a diversidade sexual é a falta de informação sobre a população LGBT que na maioria das vezes, por não possuir nenhum marco identitário visível e por ser discriminada, passa despercebida por pesquisas e estudos comuns. O Observatório seria ferramenta fundamental tanto para a priorização como o monitoramento pela sociedade civil das políticas públicas sugeridas pelo poder público.

*Prioridade:* Longo Prazo

- 19** – Elaborar o inventário turístico da oferta LGBT e resgatar o histórico do movimento na cidade de São Paulo.

*Justificativa:* É notória a importância do turismo como instrumento de inclusão social e gerador de empregos. A realização de um estudo que resgate a história do movimento LGBT e aponte os espaços e locais de importância para a comunidade LGBT servirá de instrumento para o desenvolvimento de produtos turísticos e roteiros, incentivando o turismo GLS na cidade de São Paulo.

*Prioridade:* Médio Prazo

- 20** 20) Produzir e divulgar pesquisas que analisem a situação da população LGBT no ambiente escolar.

*Justificativa:* O 'bullying' ou assédio escolar tem se transformado em uma das principais preocupações dos órgãos públicos e entidades sociais ligadas a educação. Jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais são atingidas e atingidos de forma quase endêmica nos ambiente escolar em razão de sua identidade de gênero e/ou orientação sexual. Por esta razão se faz necessário a realização de pesquisas e estudos com ea intenção de estudar o fenômeno e traçar estratégias para o enfrentamento do 'bullying' escolar sofrido pela população LGBT.

*Prioridade:* Longo Prazo

- 21** – Produzir e estimular a confecção e a divulgação de materiais didáticos e de materiais específicos para a formação de profissionais da educação, com a finalidade de promover o reconhecimento da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero, inclusive em linguagens e tecnologias que contemplem as necessidades das pessoas com deficiência

*Justificativa:* Indubitavelmente o acesso a informação e ao conhecimento são importantes meios para combater a discriminação. A produção de materiais didáticos para auxiliar os professores e professoras no esclarecimento das questões e conceitos corretos sobre diversidade sexual é de grande importância para a construção de uma escola inclusiva e democrática.

*Prioridade:* Médio Prazo

- 22** – Criação de um banco de dados de propostas pedagógicas para uso dos professores da rede pública municipal, a partir de experiências exitosas das escolas que trabalhem com o tema da diversidade sexual, bem como a realização de um encontro anual de professores da rede municipal, com premiação para as melhores propostas.

*Justificativa:* a divulgação de experiências exitosas e sua socialização através de um banco de dados são ferramentas importantes para que educadores possam buscar estratégias e maneiras de solucionar e mediar problemas que possam ocorrer no ambiente escolar com a população LGBT.

*Prioridade:* Longo Prazo

- 23** – Realizar pesquisas e produção de conhecimento, por parte da Secretaria Municipal de Saúde, sobre saúde da população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais).

*Justificativa:* realizar estudos e produzir material sobre as especificidades da população LGBT, principalmente as travestis e transexuais relacionadas a saúde são necessários para garantir o atendimento universal e equânime na medida que os espaços de ensino tradicionais não educam os profissionais da saúde para o entendimento do segmento LGBT.

*Prioridade:* Médio Prazo

## EIXO 03

### *A garantia da sustentabilidade dos órgãos e das políticas públicas para a população LGBT, sua ampliação e difusão para as áreas distantes do centro da cidade*

24

– Que o município garanta viabilidade e recursos para a atuação do Conselho Municipal em Atenção à Diversidade Sexual de forma a haver maior divulgação e mobilidade nas ações do conselho e seus conselheiros.

*Justificativa:* O Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual tem como objetivo auxiliar a Coordenadoria de Assuntos de Diversidade Sexual na implementação de políticas públicas para a população LGBT, assim é de extrema importância garantir recursos para que o Conselho exerça sua função de monitorar as ações e atividades realizadas para a população LGBT.

*Prioridade:* Curto Prazo

25

– Dotar a CADS de orçamento que atenda às demandas da população LGBT.

*Justificativa:* A Coordenadoria de Assuntos de Diversidade Sexual se transformou em dos mais importantes espaços de promoção da cidadania LGBT e enfrentamento da homofobia na cidade de São Paulo. Um orçamento adequado é fundamental para atender as crescentes demandas vindas da sociedade civil e para combater a discriminação e intolerância sofrida em razão da orientação sexual e/ou identidade de gênero.

*Prioridade:* Curto Prazo

26

– Que a Secretaria Municipal de Participação e Parceria implemente os serviços realizados pela CADS (Coordenadoria de Assuntos de Diversidade Sexual), o CCH (Centro de Combate a Homofobia) e o CRD (Centro de Referência da Diversidade) nas outras 4 (quatro) regiões da cidade, de forma a garantir a descentralização dos serviços e orientar políticas públicas LGBT nas respectivas regiões com ampla participação da sociedade civil.

*Justificativa:* levar os serviços modelos, como o CCH, CADS e CRD para espaços distantes do centro da cidade é uma das principais demandas da população LGBT que vive nessas regiões e que não possui condições de acessar os serviços que se encontram na região central da cidade. Representa a garantia de universalizar o atendimento para toda a população.

*Prioridade:* Longo Prazo

- 27** – Implantar um Centro de Referência Municipal para a Atenção Integral a Saúde de Travestis e Transexuais, inicialmente na região central da cidade, com perspectivas de expansão para as cinco coordenadorias de saúde.

*Justificativa:* O Centro de Referência Municipal para a Atenção Integral a Saúde de Travestis e Transexuais se tornou um importante espaço para a garantia do atendimento médico deste segmento que não encontra nos postos de saúde tradicionais o entendimento de suas necessidades específicas e o acolhimento adequado. Por esta razão a implementação de um Ambulatório na região central, onde a maioria das travestis e transexuais mora, seria importante para garantir o atendimento desta população.

*Prioridade:* Longo Prazo

- 28** – Ampliação das políticas de saúde para população LGBT, inclusive a população idosa e suas especificidades, na cidade de São Paulo, para além do PM-DST/AIDS, garantindo acesso a partir do princípio da integralidade.

*Justificativa:* Segundo pesquisas a população LGBT não procura os serviços de saúde por enfrentar, muitas vezes, a discriminação nestes espaços. Neste sentido se dá a importância de ampliar a políticas de saúde para o segmento LGBT, principalmente a idosa que cresceu em um período onde a intolerância contra homossexuais, travestis e transexuais era rotina em seu dia a dia.

*Prioridade:* Médio Prazo

- 29** – Interlocução entre a CADS, espaços culturais (CCJ, casas de cultura, bibliotecas etc) e Subprefeituras, visando que os jovens LGBT possam se reunir nesses locais de sua escolha para manifestações culturais e de lazer, garantindo-lhes a segurança e priorizando bairros para além da região central. A CADS deverá garantir a realização de eventos em prol da comunidade LGBT de forma descentralizada.

*Justificativa:* garantir espaços de convivência, principalmente os ambientes públicos, para a população LGBT é uma das principais formas de combater a discriminação. Através da coexistência de diferentes grupos em um mesmo espaço, se promove a integração e o respeito às diferenças.

*Prioridade:* Médio Prazo



- 30** – Criação de um Centro de Acolhida específico para a população LGBT e garantia de atendimento e vagas quando disponíveis para Travestis e Transexuais nos Centros de Acolhida já existentes, respeitando sua Identidade de Gênero.

*Justificativa:* Os espaços de abrigo sociais são pensados em modelos onde se entende somente a divisão biológica dos gêneros, ou seja, homem e mulher. Desta maneira travestis e transexuais sofrem uma violência psicológica ao serem obrigadas a se adaptarem a espaços que não as entendem. Um local específico para o acolhimento deste segmento é fundamental para garantir o acolhimento todas e todos.

*Prioridade:* Longo Prazo

## EIXO 04

### *A capacitação e sensibilização sobre diversidade sexual*

- 31** – Articular parcerias com CRAS e CREAS, promovendo a devida capacitação de seus profissionais para divulgar e disponibilizar benefícios sociais e programas de transferência de renda para população LGBT em situação de rua ou de extrema pobreza e vítimas de violação de direitos humanos

*Justificativa:* Muitas vezes devido a falta de conhecimento e informação a população, principalmente aquela que sofre preconceito, como a LGBT, não acessa os serviços públicos. Estabelecer parceria com os equipamentos da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social para divulgação dos programas sociais geridos pela Coordenadoria é uma forma de atingir aquelas e aqueles que não possuem meios de conhecer estes benefícios.

*Prioridade:* Curto Prazo

- 32** – Capacitar e sensibilizar os conselheiros tutelares e de direitos municipais, funcionários e gestores públicos municipais, bem como equipamentos públicos conveniados nas questões LGBT, especialmente junto a Escola de Formação do Servidor Público Municipal

*Justificativa:* Crianças e adolescentes são vulneráveis, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais somam questões de identidade de gênero e orientação sexual, na maioria das vezes não compreendida pela família. O “Mapa da Homofobia Denunciada da Cidade de São Paulo”, estudo realizado a partir das

denúncias recebidas no Centro de Combate a Homofobia da Coordenadoria de Assuntos de Diversidade Sexual aponta que 26% da violência física sofrida pela população LGBT acontece dentro de casa (dados de 2006 a 2010). A capacitação de Conselheiros Tutelares seria uma maneira de tentar diminuir estes números protegendo a integridade física de crianças e adolescentes. Isso também se justifica para estender as sensibilizações para todos os funcionários públicos.

*Prioridade: Curto Prazo*

- 33** – Manutenção dos treinamentos e monitoramentos com a Guarda Civil Metropolitana GCM, sobre as questões de relacionadas a diversidade sexual e a violência contra LGBT.

*Justificativa:* Uma das grandes conquistas da prefeitura na construção de políticas públicas para a diversidade sexual e garantia de sua proteção foi a parceria entre a Coordenadoria e a Guarda Civil Metropolitana. Desde seu início a parceria capacitou mais de 5 mil guardas, fazendo da GCM um exemplo para todas as outras corporações de segurança de todo o país. Manter esse trabalho significa dar continuidade a uma das boas práticas realizadas pela administração pública.

*Prioridade: Curto Prazo*

- 34** – Intensificar o treinamento em equipamentos e atrativos turísticos, garantindo que as políticas relacionadas ao turismo LGBT tenham como preocupação a empregabilidade e a geração de oportunidades para a população LGBT.

*Justificativa:* A última Parada de São Paulo teve um impacto econômico de 206 milhões de reais na economia da cidade, mas o mais importante é a visibilidade que a atividade traz para a cidade e sua imagem como destino inclusivo, plural e que respeita a diversidade e os direitos humanos. Treinar e preparar atrativos turísticos demonstra sintonia com essas questões e pode multiplicar a vinda de turistas e visitantes LGBT, aumentando a receita turística da cidade e ajudando a enfrentar a homofonia através da convivência entre o turista e a cidade.

*Prioridade: Curto Prazo*

- 35** – Sensibilizar e estimular que as empresas privadas utilizem o nome social de Travestis e Transexuais desde a realização do processo seletivo, respeitando a identidade de gênero.

*Justificativa:* Criar um ambiente de trabalho que respeite a diversidade e que inclua travestis e transexuais é fundamental para que possamos garantir opções de trabalho para esse segmento que muitas vezes mesmo com pessoas qualificadas profissionalmente não consegue espaço nas empresas em razão do preconceito em espaços corporativos.

*Prioridade:* Curto Prazo

- 36** – Estimular a inclusão, dentro da grade de capacitação da Escola Municipal de Saúde, para funcionários públicos a temática da diversidade sexual na perspectiva da atenção/assistência humanizada da população LGBT.

*Justificativa:* A população LGBT possui uma série de especificidades nas questões de saúde, assim a inclusão dessa temática garantiria o atendimento humanizado para esta população.

*Prioridade:* Médio Prazo

- 37** – Fomentar, apoiar e realizar cursos de formação inicial e continuada para gestores, professores e demais profissionais do ensino, inclusive terceirizados, nas temáticas relativas à orientação sexual e à identidade de gênero.

*Justificativa:* capacitar professores e profissionais ligados a educação tem como principal objetivo a sensibilização desses educadores e funcionários para um olhar mais humano para com a população LGBT que sofrem com 'bullying' nos espaços escolares e com a violência doméstica, conforme apontam estudos e pesquisas.

*Prioridade:* Médio Prazo

- 38** – Sensibilizar e capacitar profissionais da área da saúde, inclusive os gerentes das unidades, para atender adequadamente a população LGBT.

*Justificativa:* A população LGBT possui uma série de especificidades nas questões de saúde, assim a inclusão dessa temática garantiria o atendimento humanizado para esta população.

*Prioridade:* Médio Prazo

- 39** – Trabalho de conscientização para a inclusão da comunidade LGBT no esporte, por meio de capacitação e materiais informativos junto aos profissionais da área esportiva (dirigentes, técnicos, professores de modalidades, lideranças), em ações e atividades municipais e eventos esportivos.

*Justificativa:* Ao mesmo tempo que o esporte é reconhecido como uma importante ferramenta para a inclusão social também é um espaço onde a homofobia e outros preconceitos aparecem tanto nos esportistas e profissionais bem como nas torcidas. Por este motivo, ações de conscientização podem alterar este quadro, garantindo os benefícios do esporte para toda a população.

*Prioridade:* Longo Prazo

## EIXO 05

### ***A promoção do desenvolvimento econômico e social da população LGBT***

- 40** – Promover através de parcerias a formação e capacitação de LGBT, com prioridade para Travestis e Transexuais, por meio de cursos profissionalizantes

*Justificativa:* Considerando os altos índices de evasão escolar resultados do 'bullying' homofóbico, bem como a recorrente discriminação no mercado de trabalho, uma parte considerada da população LGBT, em especial Travestis e Transexuais, tem gravíssimas dificuldades de inserir-se no mercado de trabalho. Por isso, faz-se necessário a formação e capacitação para esse público, não somente para qualificá-los, mas principalmente para ajudá-los a superar essas dificuldades objetivas resultadas da homofobia.

*Prioridade:* Curto Prazo

- 41** – Incentivar a contratação de Travestis e Transexuais para atuar como agentes comunitários de saúde na SMS e parceiros.

*Justificativa:* Devido o não reconhecimento legal da identidade social de Travestis e Transexuais e a cultura homofóbica pela maioria das empresas, essa população tem imensas dificuldades de inserir-se no mercado de trabalho. Incentivar a contratação de Travestis e Transexuais é um importante paliativo a curto prazo que deve ser articulados com outras ações para garantir sua inserção no mundo do trabalho, tirando-as da marginalidade social.

*Prioridade:* Médio Prazo

- 42** – Manter e ampliar políticas de geração de renda e incentivar empreendimentos de economia solidária para a população LGBT, com prioridade a Travestis e Transexuais, bem como o empreendedorismo individual e a inserção no mercado de trabalho.

*Justificativa:* A manutenção e ampliação de geração de renda para a população LGBT, bem como o incentivo de empreendimentos de economia solidária é uma importante ação para garantir a inserção dessa população no mercado de trabalho, especialmente as Travestis e transexuais, cujas dificuldades de inserção no mercado de trabalho tem sido agravante na violação de seus direitos.

*Prioridade:* Curto Prazo

- 43** – Criar feira periódica da comunidade LGBT com a finalidade de gerar renda, trabalho, autonomia e sustentabilidade, na região central, em local de grande circulação e visibilidade, estimulando a realização de eventos similares nas subprefeituras.

*Justificativa:* A realização de feiras e eventos voltadas para a população LGBT, de modo que possam gerar renda, trabalho, autonomia e sustentabilidade tanto nas regiões do centro da Capital, como também nas outras regiões é uma das ações importantes para garantir a sustentabilidade dessa população.

*Prioridade:* Longo Prazo

- 44** – Criação de projetos para a população LGBT em situação de rua.

*Justificativa:* Ações voltadas para a população LGBT em situação de rua, juntamente com outras políticas para esse público em específico, é fundamental para resgatar a dignidade e sustentabilidade, como também combater a condição de marginalidade a qual estão atualmente condicionados.

*Prioridade:* Médio Prazo

- 45** – Realizar Seminário Municipal para discutir e promover ações de respeito à diversidade sexual no mundo do trabalho, público e privado, reunindo órgãos públicos, empresas, centrais sindicais, federações, sindicatos e organizações não governamentais.

*Justificativa:* Para garantir que o mundo de trabalho possa contratar seus empregados sem se utilizar de práticas discriminatórias, faz-se necessário seminários formativos para garantir um processo humanizador, bem como combater qualquer prática discriminatória que atualmente tem excluído parte da população LGBT do mundo do trabalho.

*Prioridade:* Curto Prazo

**46**

– Ampliação de vagas no programa Parceria Social, da Secretaria Municipal de Habitação, para a população LGBT.

*Justificativa:* O programa Parceria Social tem sido uma ferramenta importantíssima de inclusão da população LGBT, principalmente para travestis e transexuais que enfrentam uma enorme dificuldade quando buscam moradia. Na maioria das vezes não conseguem alugar os imóveis e quando isso acontece são sobretaxadas, pagando valores muito acima do cobrado pelo mercado. Assim entendemos que o aumento do número de vagas do programa para atender um dos direitos básicos do ser humano, a moradia, se faz premente para este segmento.

*Prioridade:* Médio Prazo

## **EIXO 06**

### ***Visibilidade, comunicação, cultura e lazer***

**47**

– Investir na produção e divulgação de materiais de prevenção, diagnóstico precoce e profilaxia pós-exposição às DST/HIV/AIDS específicos para LGBT, e contemple a necessidade de realização de exame anual de anuscopia e Papanicolau.

*Justificativa:* Segundo o Boletim Epidemiológico Aids e DST 2011, divulgado no final de novembro, o percentual de casos na população gay de 15 a 24 anos subiu 10,1% entre 1998 e 2010. Entre o grupo heterossexual da mesma faixa etária, o número caiu 20,1%. Por esta razão, são fundamentais ações de prevenção através da distribuição de materiais informativos.

*Prioridade:* Curto Prazo

Estratégia: parceria com o Programa Municipal de DST/AIDS da Secretaria Municipal de Saúde, tanto para a produção como da distribuição dos materiais. Informamos ainda que algumas atividades de prevenção já são realizadas em espaços e eventos da comunidade como a Parada.

**48**

– Realização de Campanha ampla e periódica em parceria com a SECOM dirigida à população em geral, com foco nos direitos da população LGBT e no combate à homofobia. Além disso, os materiais elaborados pela CADS, sempre que possível, contemplem informações sobre a Lei 10.948/2001 e decretos municipal e estadual que determinam o uso dos nomes sociais de Travestis e Transexuais.

*Justificativa:* Estimular campanhas de enfrentamento a homofobia de forma ampla e utilizando todos os veículos de comunicação possíveis são fundamentais para atingir tanto a população LGBT que sofre com a homofobia como também toda a sociedade para que tome conhecimento desta violência.

*Prioridade:* Curto Prazo

49

– Desenvolver campanhas de saúde integral que incentivem LGBT a cuidar de sua saúde, não somente em relação à DST/AIDS

*Justificativa:* As campanhas de saúde voltadas à população LGBT são exclusivamente voltadas à prevenção de DST/AIDS. Portaria publicada no Diário Oficial da União de 02/12/2011 criou a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais, reconhecendo a necessidade de se ampliar este foco.

*Prioridade:* Médio Prazo

50

– Comunicar e realizar campanhas permanentes de divulgação e orientação aos servidores públicos municipais sobre os direitos assegurados aos LGBT.

*Justificativa:* A prefeitura tem se destacado na garantia de direitos para a população LGBT, como a publicação do decreto Nº 51.180, de janeiro de 2010 que garante o uso do nome social para travestis e transexuais, bem como

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 06/2002

*Prioridade:* Médio Prazo

51

– Estimular a realização de torneios esportivos no município que possam promover a prática esportiva e a convivência entre a comunidade LGBT. Fomentar a inclusão do recorte LGBT nos eventos esportivos promovidos pela Secretaria Municipal do Esporte.

*Justificativa:* A discriminação ligada ao esporte tem como base a depreciação de orientações sexuais e identidades de gênero diferentes do padrão hetero-normativo, o que faz com que a população LGBT se afaste da prática de esportes, por não encontrar um ambiente favorável.

*Prioridade:* Médio Prazo

52

– Fomentar a cultura LGBT nos CEU, Bibliotecas Públicas e Casas de Cultura, formação de acervo de livros e outras mídias acerca dos temas da diversidade sexual, gênero e identidade de gênero. Capacitar os funcionários desses espaços.

*Justificativa:* A falta de conhecimento sobre a homossexualidade alimenta todos os tipos de preconceitos e a dificuldade na obtenção de títulos sobre o assunto é notória. Pesquisa realizada pela Universidade de Chicago mostra que o apoio público a um cidadão homossexual subiu 62%, de 1972 a 2010. O apoio cresceu também a áreas de pesquisa em relação ao tema e a aprovação da inserção de livros nas bibliotecas públicas que abordem o tema da homossexualidade.

*Prioridade:* Médio Prazo

- 53** – Divulgar amplamente para a população LGBT, nas redes sociais, meios de comunicação da prefeitura e material impresso distribuído em locais estratégicos, ofertas de vagas de empregos, estágios, cursos gratuitos e concursos.

*Justificativa:* A exclusão social de grande parte da população LGBT da baixa renda e com alto grau de vulnerabilidade, a faz se submeter a sub-empregos ou prostituição. Este tipo de ação pode ajudar na inclusão no mercado formal de trabalho.

*Prioridade:* Curto Prazo

- 54** – Parceria entre a Secretaria Municipal de Cultura e a CADS para a criação de um festival LGBT anual de artes integradas: cinema, teatro, artes plásticas, fotografia, música, dança etc.

*Justificativa:* São Paulo necessita de um grande evento, além da Parada do Orgulho LGBT, que possa cobrir esta lacuna por atividades culturais LGBT em outro período do ano, estimulando o turismo e a cidadania.

*Prioridade:* Médio Prazo

- 55** – Aproveitar as manifestações da cultura LGBT (shows e eventos) como produtos turísticos a serem divulgados pelo órgão oficial de turismo da cidade (SP Turis).

*Justificativa:* A cidade de São Paulo possui outros eventos, além da Parada do Orgulho LGBT como atrativo para o turismo. Incentivar estes eventos trará mais opções ao turista para se sentir estimulado a visitar a cidade em outros períodos do ano.

*Prioridade:* Curto Prazo



- 56** – Utilizar-se, em parceria com a CADS e com o Conselho Municipal, da estrutura da GCM em todas subprefeituras, com foco na periferia, para divulgação de material educativo contra a intolerância e incentivo à denúncia.

*Justificativa:* As Conferências Livres realizadas entre junho e julho de 2011, previamente à II Conferência Municipal LGBT nas quatro regiões da cidade em bairros periféricos, mostraram a necessidade de que se ampliar a distribuição deste tipo de material para além da região central.

*Prioridade:* Longo Prazo

- 57** – Fomento e difusão da cultura LGBT, bem como a criação de um edital para projetos culturais LGBT.

*Justificativa:* Desde 2010, a Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo realiza com muito sucesso o Edital de Promoção das Manifestações Culturais com Temática LGBT, do Programa de Ação Cultural. Em 2007, a CADS realizou um edital de atividades culturais LGBT visando a comemoração do aniversário da cidade de São Paulo. Desde então, nenhum edital foi realizado na cidade, gerando um grande déficit de eventos para este público.

*Prioridade:* Médio Prazo

- 58** – Estimular a inclusão de manifestações culturais e artistas LGBT para divulgação da cultura LGBT durante os eventos oficiais promovidos pela Secretaria Municipal de Cultura.

*Justificativa:* Vários nichos específicos de público são atingidos por programas e eventos da SMC, porém nunca foi realizado algo visando incluir artistas e manifestações culturais LGBT - como por exemplo dentro da Virada Cultural – restringindo-os a bares e casas noturnas segmentados.

*Prioridade:* Curto Prazo

- 59** – Elaborar um plano de comunicação específico do produto LGBT, pensando os diversos públicos (turistas, operadores e agentes de turismo).

*Justificativa:* Divulgar São Paulo como destino que acolhe a diversidade sexual, não só trará benefícios econômicos para a cidade, como também ajudará, através da convivência, a diminuir a homofobia. Segundo pesquisas da IGLTA (International Gay, Lesbian Travel Association) o turista GLS viaja 4 vezes por ano e gasta 30% a mais que o turista tradicional. São Paulo, através da Parada

tem sido um exemplo para todo o país e para o mundo de cidade que acolhe e respeita a diversidade sexual.

*Prioridade: Curto Prazo*

- 60** – Articulação com a Secretaria Municipal de Cultura, a CADS e a Secretaria das Subprefeituras para o fortalecimento de atividades descentralizadas voltadas para o 29 de Janeiro – Visibilidade Trans, 29 de Agosto – Visibilidade Lésbica e demais datas afirmativas LGBT.

*Justificativa:* Todo o foco de atividades, quando se refere a datas afirmativas LGBT, se restringe a 28 de junho - Dia do Orgulho Gay. Urge ao poder público entender as especificidades de outras datas igualmente importantes para atingir principalmente ao público lésbico e de travestis e transexuais.

*Prioridade: Longo Prazo*

- 61** – Ampla divulgação dos eventos LGBT, atividades, ações de turismo, esporte e lazer, inclusive por material gráfico e internet, incluindo sites e redes sociais específicos do segmento.

*Justificativa:* A cidade de São Paulo, que possui a maior população homossexual do país, não conta com uma estratégia centralizada de divulgação de oferta de produtos LGBT, como se verifica em várias metrópoles pelo mundo. O que dificulta ao habitante, bem como turista, acesso a este tipo de informação.

*Prioridade: Curto Prazo*



## **Conselho Municipal de Atenção a Diversidade Sexual**

Alessandro Soares  
André Pomba  
Beto Sato  
Célia Cristina Monteiro de Barros Whitaker  
Celso Ricardo Monteiro  
Cláudio Roberto da Silva  
Cristiano Valério  
Dário Ferreira  
Débora Pereira  
Dindry Buck  
Douglas Drumond  
Edna Aparecida Pires  
Elieser Marcelino dos Santos  
Fátima Tassinari  
Hannah Korich  
José Luiz do Prado  
Lílian de Mello Pedroso  
Luz Marina Correa de Toledo  
Marcos Antonio Roberto  
Marcos Blumenfeld Deorato  
Maria Cristina Boa Nova  
Maria Silvia Cavasin Matano  
Miriam Queiroz  
Tais Souza  
Walter Forster Junior

## **Participantes da II Conferência Municipal LGBT São Paulo**

(conforme assinaturas na lista de presença)

Andrea Aniel F. Santos  
Adrian Marcelo Riancho  
Aline Delmanto  
Almir Nascimento  
Ana Cristina Mendes dos Santos  
Ana Ferre de Barros  
Ana Maria Nascimento

Anabella Andrade  
Anair novaes  
Andre Gomes Juquinha  
Andre Luis Rodrigues Leol  
Andre Pomba  
Antonio dos Santos  
Beto de Jesus  
Bruna Valin  
Carlos Henrique  
Cassio Rodrigo  
Celso G. Monteiro  
Celso Ricardo Monteiro  
Cinthia Oliveira Abreu  
Cleo Dumas  
Cristiano Valério  
Dário Neto  
Denah Caixeta  
Denizart Fazio  
Diana Pellegrini  
Diego dos Santos Varga Silva  
Divina Ap. Lima /Dinho  
Douglas Magri  
Douglas Santos  
Edna Ap. Pires de Moraes  
Eduardo Piza G. Mello  
Elisa Cristina de Oliveira  
Emersom C. Nascimento  
Erik Henrique  
Fatima Tassinari  
Fernanda C. Oliveira  
Fernanda de Moraes  
Fernanda Estima  
Fernando da Silva Almeida  
Gilvan Ferreira da Silva  
Givanilde de Jesus Santos  
Guilherme Marino  
Haroldo Jun Tani  
Helena Dias S. Andrade

Irina Baci  
Italo R. Matteo  
Ivete R. Andrade  
Jacquelyne Stephannye Silva  
Janete Costa Santana  
Jay Sosa  
Jessica Magalhães Gaeta Luiz  
João Rafael V. P. Diniz  
Jorge Artur G. Floriani  
Jose Luiz Gomez G. Junior  
Jose Roberto W. Sato  
Josue D. P. Filho (Junior)  
Josue dos Santos Andrade  
Julian Rodrigues  
Juliana Hora de Sá  
Karl Pinheiro  
Laurinda(Laura) Candido Araujo  
Leonardo Cassiano T. Alves  
Ligia Almeida Conti  
Luis Arruda  
Luiza Geovancarli  
Maikon Azzi  
Marcelo Daniliauskas  
Marcelo Hailer  
Marcia Balades  
Marcia Cabral  
Marcia Lima  
Marcos Antonio Roberto  
Marcos Blumenfeld Deorato  
Marcos de Abreu Freire  
Marcos Fernades  
Marcos Freitas  
Maria Cristina Costa Bento  
Maria de Fatima Sá Silva  
Maria L. Vieira  
Maria Silvia Cavasin Matano  
Mariana M. Rodrigues  
Mercia Santos

Mirian G. Queiroz  
Patricia Vieira  
Paulo Roberto Ferreira dos Santos  
Pb. Robson Borges  
Ricardo Franco de Melo  
Ricardo Rocha Aquieiras  
Rick Ferreira  
Rita de Cassia Braga Ronchetti  
Roberto Mazini Junior  
Roberto Rubem  
Rodrigo Rodrigues da Cruz  
Silvana Gimenes  
Simone Silva do Nascimento  
Sonia Francine G. Marmo  
Tabata A Teixeira  
Tais Sousa  
Tania Granussi  
Tererinha V. Ferreira  
Theo Rodrigues  
Thiago M. Figueiredo  
Ubirajara M. Caputo  
Valdir Lopes Barbosa  
Vanderlea B. Silva  
Wagner Gui Tronolone  
Walmir Siqueira  
Yasmim Nobrega

**Coordenadores, especialistas e relatores da II Conferência:**

Beto de Jesus  
Maria Silvia Cavasin Matanó  
Lígia Conti  
Deborah Malheiros  
Celso Galhardo  
Marcos Blum  
André Pomba  
Marcos Antonio Roberto

Cássio Rodrigo  
Heloísa Gama Alves  
Ivete dos Reis de Andrade  
Eduardo Piza Mello  
Nelson Collino Jr.  
Inspetor Franco  
Beto Sato  
Thais de Souza  
Roberto Mazini Junior  
Anair Aparecida Novaes  
Almir Nascimento  
Aline Delmanto  
Karl Pinheiro  
Ana Cristina Mendes  
Edna A. Pires  
Fernanda Moraes

***Agradecimentos:***

*Dário Neto e André Pomba*  
Conselheiros Municipais

*Paulo Roberto Iotti Vecchiatti*  
Assessor Jurídico do Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia - CCH e da Coordenadoria de Assuntos de Diversidade Sexual – CADS

*Eduardo Cardoso* e toda equipe da CADS

*Regina Maria de Marchi Garcia*  
Assessora Técnica da Secretaria Municipal de Governo





**PREFEITURA DE**  
**SÃO PAULO**  
**PARTICIPAÇÃO E**  
**PARCERIA**

